

Art. 26. Todas as demandas encaminhadas para CPP deverão estar inseridos no SGP-e.

Art. 27. A data da promoção por ato de bravura terá como referência a data do fato ocorrido.

§ 1º Em caso de deferimento da promoção, esta deverá retroceder à primeira data de promoção posterior a data do fato gerador.

§ 2º A promoção por ato de bravura limita-se a graduação acima da qual o militar encontrava-se na data do fato ocorrido.

§ 3º Caso o bombeiro militar se forme no CFC ou CFS entre o fato ocorrido e a decisão de promovê-lo, o curso de formação será considerado para atender o § 3º do art. 20 da Lei Complementar nº 801 de 1º de julho de 2022.

§ 4º Caso o militar seja promovido por merecimento ou antiguidade no curso do PAAB, os efeitos desta promoção retroagirão à primeira data de promoção posterior ao ato de bravura, caso esse venha a ser reconhecido.

Art. 28. Os casos omissos serão resolvidos pela CPP, dentro da esfera de suas competências, ou, quando extrapolar essas, pelo Comando-Geral.

Art. 29. Em quaisquer dos documentos que sejam juntados aos autos, inclusive o que noticiou o fato, não se deve constar qualquer juízo de valor quanto ao caráter meritório da ação praticada enquadrar-se ou não como "ato de bravura".

Art. 30. Para os fins a que este Ato propõe-se, quando expressamente for referenciado "Comandante de Organização Bombeiro Militar – Cmt OBM", essa expressão abrangerá todas as autoridades previstas nos itens 2 e 4 do art. 9º do RDPMS (Diretores, ChEMG, CorregG, Ch Control Int, Cmt CEBM, AJG, Ch Gab, Ch ACI, Ch AssJur).

Art. 31. Publicar esta Portaria no Diário Oficial do Estado, sem o seu anexo, e o documento em sua íntegra no Boletim do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.

Art. 32. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 33. Revoga-se a Portaria nº 533/CBMS, de 12/11/2021.

Florianópolis, 31 de março de 2023.

Coronel BM FABIANO DE SOUZA

Comandante-Geral do CBMS

Cod. Mat.: 902744

Extrato de Termo de Compromisso do Programa "Novos Valores", referente ao projeto atividade 4387 do Corpo de Bombeiros Militar, conforme Decreto Estadual nº 781/782/2012 de 25.01.2012. Estagiária **Lucieli Raiane Gerhardt**; Termo de Compromisso nº 6-2023; Início: 03/04/2023; Valor: R\$ 500; Lotação: Seara.

Cod. Mat.: 902724

Extrato de Termo de Compromisso do Programa "Novos Valores", referente ao projeto atividade 4387 do Corpo de Bombeiros Militar, conforme Decreto Estadual nº 781/782/2012 de 25.01.2012. Estagiária **Maria Eduarda Bordignon**; Termo de Compromisso nº 5-2023; Início: 03/04/23; Valor: R\$ 380; Lotação: Seara.

Cod. Mat.: 902728

Extrato de Rescisão de Termo de Compromisso do Programa "Novos Valores", referente ao projeto atividade 4387 do Corpo de Bombeiros Militar, conforme Decreto Estadual nº 781/782/2012 de 25.01.2012 Estagiário **Thiago de Pádua Cassimiro**; Termo de Compromisso nº 14-2021; Data da Rescisão 01/04/23.

Cod. Mat.: 902729

Extrato de Rescisão de Termo de Compromisso do Programa "Novos Valores", referente ao projeto atividade 4387 do Corpo de Bombeiros Militar, conforme Decreto Estadual nº 781/782/2012 de 25.01.2012 Estagiário **ICARO ELIAS DA SILVEIRA**; Termo de Compromisso nº 17-2022; Data da Rescisão 30/03/23.

Cod. Mat.: 902731

Polícia Científica

POLÍCIA CIENTÍFICA

EXTRATO DA DECISÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR nº 05/2023/PCI – PCI 3448/2023

Órgão Sancionador: Polícia Científica/Fundo de Melhoria da Polícia Oficial - Unidade 16099. **CNPJ:** 35.747.598/0001-61. **Empresa Sancionada:** ENGFRIO REFRIGERAÇÃO LTDA ME. **CNPJ:** nº 23.258.794/0001-93. **Decisão:** Pela aplicação da **penalidade de multa**, prevista no artigo 87, II da Lei Federal n. 8.666/93, art. 108, II, Parágrafos 1º ao 5º, do Regulamento Geral para Contratação de Materiais, Serviços, Obras e Serviços de Engenharia, no âmbito do Sistema Administrativo de Gestão de Materiais e Serviços – SAGMS, aprovado pelo Decreto nº 2.617 no **Contrato nº 072/IGP/2020**: Multa de 05% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato por hora de atraso no atendimento, prevista na Clausula Quarta, item 4.3 do Contrato, para aplicação de MULTA de 55% (cinquenta e cinco por cento) calculado sobre o valor total do Contrato de R\$

14.520,00, perfazendo a quantia de R\$ 7.986,00 (sete mil novecentos e oitenta e seis reais) pelo atraso de 11 (onze) horas para atender ao chamado da Contratante, além do prazo máximo de 12 (doze) horas permitido; e Multa de 10% (dez por cento) calculada sobre a parte inadimplente, prevista na Clausula Décima, inciso II, subinciso II do Contrato, para aplicação de MULTA no valor de R\$ 1.452,00 (um mil quatrocentos e cinquenta e dois reais) em razão da não conclusão dos serviços, em descumprimento à Clausula Quarta, item 4.1, 4.3 e 4.8 do Contrato nº 072/IGP/2020 e no **Contrato nº 142/SSP/2018**: Multa de 10% (dez por cento), calculado sobre a parte inadimplente, prevista na Clausula Sétima, inciso II, subinciso III do Contrato, para aplicação de MULTA no valor de R\$ 2.430,00 (dois mil quatrocentos e trinta reais), valor correspondente ao valor anual do item 03 (R\$ 24.300,00), em razão da não execução do serviço após o chamado; e Multa de 20% (cinco por cento), calculado sobre o valor do contrato, prevista na Clausula Sétima, inciso II, subinciso III do Contrato, para aplicação de MULTA no valor de R\$ 14.580,00 (quatorze mil quinhentos e oitenta reais), corresponde ao total do contrato (R\$ 72.9000,00) por subcontratar empresa estranha à relação contratual, infringindo o item 18 do Anexo I do Contrato nº 142/SSP/2018.

Pela aplicação da **penalidade de Sanção de Suspensão Temporária**, prevista no inciso III do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, na Clausula Décima, inciso III do Contrato nº 072/IGP/2020 e na Clausula Sétima, inciso III do Contrato nº 142/SSP/2018, para aplicação de **SUSPENSÃO** em 05 (cinco) anos, por apresentar conduta que ensejadora do retardamento da execução do objeto contratual, ficando impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal/Municípios e de 16 de setembro de 2009, no item 24, subitem 24.2, inciso I, do Edital n.º 065/2022/PCI; e na Clausula Sétima, alínea "b)", inciso I e inciso "o)", da Ata de Registro de Preços PE nº 065/2022/PCI – A, no percentual de 9,9% (nove vírgula nove e um por cento) calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente (R\$ 23.850,00), perfazendo o valor total de R\$ 2.361,15 (dois mil trezentos e sessenta e um reais e quinze centavos) pelo atraso de 43 (quarenta e três) dias na entrega do objeto contratado.

Pela aplicação da **Declaração de Inidoneidade**, prevista no inciso IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, na Clausula Décima, inciso IV do Contrato nº 072/IGP/2020 e na Clausula Sétima, inciso IV do Contrato nº 142/SSP/2018, perfazendo vigente até a efetiva correção dos defeitos das câmaras frias, extinguindo-se mediante expressa declaração da respectiva fiscalização, do pleno funcionamento dos equipamentos.

Cod. Mat.: 902634

POLÍCIA CIENTÍFICA

EXTRATO DA DECISÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR nº 04/2023/PCI – PCI 809/2023

Órgão Sancionador: Polícia Científica/Fundo de Melhoria da Polícia Oficial - Unidade 16099. **CNPJ:** 35.747.598/0001-61. **Empresa Sancionada:** ELISVANDIA MATOS DONINI EIRELI - EPP. **CNPJ:** 13.547.970/0001-53. **Decisão:** Pela aplicação da **penalidade de multa**, prevista no artigo 87, II da Lei Federal n. 8.666/93, art. 108, II e, Art. 110, I, Parágrafos 1º ao 5º, do Regulamento Geral para Contratação de Materiais, Serviços, Obras e Serviços de Engenharia, no âmbito do Sistema Administrativo de Gestão de Materiais e Serviços – SAGMS, aprovado pelo Decreto nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, no item 24, subitem 24.2, inciso I, do Edital n.º 137/IGP/2021; e na Clausula Sétima, alínea "b)", inciso I e inciso "o)", da Ata de Registro de Preços PE nº 006/2022/PCI – A, no percentual de 2,64% (dois vírgula sessenta e quatro por cento) e 9,9% (nove vírgula nove por cento), calculado sobre a parte inadimplente (R\$ 744,00 e R\$ 1.426,00 contados na devida ordem e proporcionalidade da entrega), perfazendo uma multa de R\$ 16,64 e R\$ 141,17, respectivamente, totalizando R\$ 160,81 (cento e sessenta reais e oitenta e um centavos) pelo atraso de 08 (oito) e 32 (trinta e dois) dias na entrega parcial (24 e 46 unidades) do objeto contratado

Cod. Mat.: 902774

Autarquias Estaduais

IMETRO – Instituto de Metrologia de Santa Catarina

EDITAL Nº 10/2023 – NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO

O Presidente do **INSTITUTO DE METROLOGIA DE SANTA CATARINA – IMETRO/SC**, no uso de suas atribuições legais, por intermédio de sua Assessoria Jurídica, faz saber a todos os interessados que a finalidade deste Edital é **NOTIFICAR** os representantes legais das empresas e/ou pessoas físicas, abaixo relacionadas, que se

encontram em endereço incerto, tendo em vista a tentativa frustrada de notificação via Correios-AR, com fundamentos nos arts. 5º, 11 e 11-A, inciso 1º, da Lei nº 9.933/1999, DO LANÇAMENTO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO, no valor a seguir informado, o qual possui como fato gerador o exercício do poder de polícia manifestado na realização das atividades de Metrologia Legal. O contribuinte deverá efetuar o recolhimento da taxa através de GRU a ser solicitada junto ao IMETRO/SC, sendo-lhe facultado apresentar impugnação, no prazo de 30 (dias), a contar da data desta publicação. Comunica-se que a ausência de pagamento ou impugnação do débito poderá ensejar inclusão no CADIN (Cadastro Informativo de Créditos não quitados do Setor Público Federal), após 75 (dias), nos termos da Lei nº 10.522/2002, bem como inscrição em dívida ativa, protesto de título e cobrança judicial. Informações pelo telefone: 48 3381-5200/5252. Publique-se consoante relação abaixo.

INTERESSADO	CNPJ/CPF	LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO	VALOR (R\$)
LACLOG Promo-cao De Vendas Ltda	***.349/0001-06	294103603027025930	286,66
LACLOG Promo-cao De Vendas Ltda	***.349/0001-06	294103603028031640	1.378,24
Luciano Araujo Machado	***.313/0001-60	294103603061035218	165,45

Eleonora Savas Fuhrmeister
Assessoria Jurídica do Imetro/SC
São José, 10 de abril de 2023.

Cod. Mat.: 902635

IMA - Instituto do Meio Ambiente

EDITAL DE INTIMAÇÃO

O INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SANTA CATARINA (CODAM DE FLORIANÓPOLIS), por intermédio do presente, faz saber, a:

RICARDO TIBURTUS LOGULLO CPF: 034.XXX.XXX-XX, PASSO PASSO INDÚSTRIA DE COMPONENTES DE CALÇADOS EIRELI - ME CNPJ: 07.466.861/0001-09, PASSO PASSO INDÚSTRIA DE COMPONENTES DE CALÇADOS EIRELI - ME CNPJ: 07.466.861/0001-09, NOVTEC TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA CNPJ: 05.930.500/0001-46 e TR2-HPI-SC TRATAMENTO DE RESÍDUOS BIOLÓGICOS LTDA. CNPJ: 35.014.937/0001-09, após tentativa de encaminhar documentos por via postal com aviso de recebimento sem que houvesse o devido recebimento, informar que foram lavrados os Autos de Infração 11636/D, 16490/D, 16399/D, 16463/D e 16740/D, respectivamente.

Ficam INTIMADOS os autuados supracitados, para que no prazo de 20 (vinte) dias após a publicação procurar a Coordenadoria de Desenvolvimento Ambiental da Grande Florianópolis do IMA, Rua Dorcilene Ramos Pinho, 375 - Bairro Jardim Cidade Florianópolis-São José - SC para retirar o Auto de Infração Ambiental e Termo de Embargo (se for o caso) e assim proceder à defesa prévia ou manifestação de interesse em participar de Audiência de Conciliação Ambiental conforme prevê Lei 14675/2009.

São José, 10 de abril de 2023.

Sheila Maria Martins Orben Meirelles
Presidente do IMA

Cod. Mat.: 902648

DETRAN – Departamento Estadual de Trânsito de Santa Catarina

PORTARIA Nº 00124/DETRAN/PROJUR/2023, de 05/04/2023. O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SANTA CATARINA, autorizado por seu Presidente, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o processo eletrônico SGP-e DETRAN 00020449/2023;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução CONTRAN n.º 807/2020;

CONSIDERANDO o disposto na Portaria nº 0076/DETRAN/ASJUR/2018;

RESOLVE:

Art. 1º - Credenciar pelo prazo de 60 (sessenta) meses, para operar como Agente Financeiro PAITO IMPORTS LTDA, CNPJ n.º 13.556.164/0008-18, estabelecido na ROD BR 101 SUL, KM 96,4; nº 5225, Bairro: DISTRITO INDUSTRIAL DIPER, Município: CABO DE SANTO AGOSTINHO/PE.